



TEXTO CLÁSSICO – APRESENTAÇÃO À TRADUÇÃO

APRESENTAÇÃO À TRADUÇÃO: ROGERS E SKINNER PARA ALÉM DOS ESTEREÓTIPOS: UMA LEITURA DO DIÁLOGO DE 1962

DOI: <https://doi.org/10.62506/fbze4x89>

LUCIA MARQUES STENZEL*
PAULO COELHO CASTELO BRANCO**
ADRIANO FURTADO HOLANDA***

Introdução

Carl Rogers (1902-1987) e Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) ocupam posições marcantes na Psicologia do século XX. No cotidiano acadêmico, Rogers é associado ao Humanismo e à valorização da experiência subjetiva (Grogan, 2012). Skinner, por sua vez, vincula-se ao Behaviorismo Radical e ao desenvolvimento de uma ciência experimental do comportamento (Cruz, 2019).

Essas diferenças são relevantes, mas podem produzir leituras excessivamente polarizadas quando tomadas como chave suficiente para compreender a relação entre os autores. Suas contribuições partiram de campos empíricos distintos. As pesquisas clínicas e quase-experimentais sobre os fenômenos da mudança de personalidade em psicoterapia, no caso de Rogers, e a investigação experimental do comportamento, no caso de Skinner (Rogers & Dymond, 1954; Holland & Skinner, 1961/2023). Ambas se inseriram em um cenário marcado pela diversidade de fundamentos da Psicologia (Gomes, 2021).

O diálogo realizado em 1962, na Universidade de Minnesota em Duluth (UMD), oferece uma oportunidade para examinar essas diferenças para além de caracterizações gerais. O evento, intitulado *Education and the Control of Human Behavior: A Dialogue*, reuniu mais de quinhentas pessoas e abordou problemas relativos à educação, ao controle do comportamento, à subjetividade, à liberdade, aos valores e à ciência (Psychologists Set for UMD, 1962; University of Minnesota Duluth, 2020). Embora Rogers argumentasse a partir da tradição humanista e Skinner a partir do Behaviorismo Radical, a interlocução evidencia aproximações, distinções e divergências que não se reduzem a uma oposição simples entre subjetividade e objetividade.

Esse encontro integrou uma sequência de interlocuções corrente entre os autores. Rogers e Skinner participaram de um debate sobre controle do comportamento humano em 1956 (Rogers & Skinner, 1956), encontraram-se novamente em atividades promovidas pela American Academy of Arts and Sciences em 1960 (Kirschenbaum, 2007) e participaram, em 1964, de um simpósio sobre Behaviorismo e Fenomenologia na Rice University (Wann, 1964). A transcrição do encontro de 1962, contudo, somente foi publicada em 1989, no livro *Carl Rogers: Dialogues*, organizado por Howard Kirschenbaum e Valerie Land Henderson (Rogers & Skinner, 1989).

A tradução desse documento para a língua portuguesa, destarte, amplia o acesso a uma fonte primária relevante para compreender a interlocução entre Rogers e Skinner e suscitar estudos. Este artigo, de caráter ensaístico e teórico, apresenta essa tradução e examina algumas dimensões estruturais e reflexivas das formas de organização das teorias presentes no diálogo de 1962. Para isso, analisa as estruturas argumentativas mobilizadas pelos autores e, em seguida, assume uma perspectiva de metadiálogo, discutindo implicações teóricas que permitem compreender suas aproximações e divergências para além de representações estereotipadas.

Procedimento Lógico-Reflexivo

Esta reflexão foi orientada pelo modelo de análise estrutural de teorias proposto por Gomes (2024). Operacionalmente, entende-se esse modelo como um procedimento de leitura histórico-epistemológica destinado a explicitar a organização interna de uma teoria psicológica. Seu foco é identificar o objeto central da teoria, o modo pelo qual esse objeto é conhecido, a forma de justificação de seus argumentos e as consequências práticas ou éticas que decorrem de sua formulação.

O modelo parte do pressuposto de que toda teoria psicológica se organiza em torno de uma estrutura conceitual/argumentativa. Essa estrutura articula definições ontológicas, modos de co-

* Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Email: lstenzel@ufcspa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2040-1998>.

** Universidade Federal do Ceará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2040-1998>.

*** Universidade Federal do Paraná. Email: aholanda@yahoo.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7171-644X>



nhecimento, formas de argumentação e implicações axiológicas. Por isso, a análise não se limita à descrição histórica de autores, escolas ou conceitos. Ela busca examinar como uma teoria define seu objeto, como o torna inteligível, como sustenta logicamente suas proposições e para que finalidades práticas, clínicas, educacionais ou sociais se dirige (Gomes, 2024).

A primeira etapa consistiu na *delimitação do corpus de análise*. Foi selecionado o diálogo entre Rogers e Skinner (1989), ocorrido em 1962, que teve como pauta, os temas da educação e controle do comportamento humano – voltaremos a essa questão mais adiante, por ser central aqui. Em seguida, realizou-se uma leitura exploratória geral do material, com atenção ao vocabulário argumentativo empregado e às principais ideias apresentadas sobre o tema e seus desdobramentos no diálogo.

A segunda etapa consistiu na *análise ontológica*. Buscou-se responder à pergunta: “o que é?”. Foram identificadas as definições explícitas ou implícitas das ideias de Rogers e Skinner (1989) no diálogo analisado. A análise observou como cada autor discute educação, ciência, controle, liberdade, subjetividade e planejamento cultural. Observa-se que o diálogo examinado constitui um encontro distinto de debate anterior entre os dois autores (Rogers & Skinner, 1956), pois neste, Rogers e Skinner puderam dialogar de modo mais extenso e direto sobre suas convergências e divergências do que naquele anterior. Essa etapa foi tomada como ponto de partida porque, segundo Gomes (2024), a definição ontológica de uma teoria tende a orientar suas demais dimensões.

A terceira etapa consistiu na *análise gnosiológica e epistemológica*. Buscou-se responder à pergunta: “como é conhecido?”. Foram examinados os modos pelos quais o objeto psicológico é acessado, descrito, investigado ou validado. Consideraram-se os métodos mobilizados, as formas de observação ou interpretação, os critérios de conhecimento e as condições que possibilitam afirmar algo sobre o fenômeno psicológico analisado. Essa etapa permitiu compreender a relação entre objeto, método e validade do conhecimento produzido.

A quarta etapa consistiu na *análise lógica*. Buscou-se responder à pergunta: “por que é?”. Foram examinadas as relações entre premissas, conceitos, argumentos e conclusões estabelecidas por Rogers e Skinner (1989) durante o diálogo. O objetivo foi verificar como cada teoria justifica suas proposições e se há coerência entre suas definições, seus procedimentos de conhecimento e suas consequências explicativas. Essa etapa permitiu identificar continuidades, tensões, contradições ou deslocamentos argumentativos no interior do texto analisado.

A quinta etapa consistiu na *análise axiológica*. Buscou-se responder à pergunta: “para que é?”. Foram identificadas as finalidades práticas, éticas, clínicas, educacionais ou sociais associadas ao diálogo entre os autores. Considerou-se que determinada concepção de vida psíquica implica modos específicos de cuidado, intervenção, formação, diagnóstico, educação ou transformação humana. Seguindo Gomes (2024), essa dimensão foi compreendida em sentido amplo, envolvendo valores, finalidades e implicações práticas do diálogo.

A sexta etapa consistiu em uma *síntese comparativa* dos achados. Nessa etapa, as quatro dimensões foram articuladas para compreender a coerência global do diálogo versado. A síntese buscou mostrar como ontologia, gnosiologia/epistemologia, lógica e axiologia se relacionam. Também permitiu comparar diferentes posições teóricas, distinguindo aproximações, divergências, continuidades e rupturas. Assim, o modelo foi utilizado como uma matriz analítica para examinar a organização interna do diálogo e suas funções no desenvolvimento do pensamento psicológico de Rogers e Skinner (1989).

Finalmente, com base e para além do que foi apurado anteriormente, discutiram-se alguns elementos que os autores deste artigo acharam pertinentes para pensar implicações do diálogo.

Vale ressaltar que o presente estudo foi construído exatamente na interlocução com o processo de tradução do referido diálogo – ainda pouco conhecido pelo público brasileiro, embora o tema tenha sido debatido durante alguns anos no país. A rigor, o debate em torno de “tecnologias” do ensino e aprendizagem remonta às grandes teorias pedagógicas e do desenvolvimento – como Montessori, Piaget, Pestalozzi, dentre outras (Gadotti, 2003) – mas ganha novos contornos na década de 70, notadamente em torno das ideias de Ensino ou Instrução Programada, associadas ao nome de Skinner, por um lado, propalado principalmente pelo livro “Tecnologia do Ensino”, originalmente de 1968 (Skinner, 1972); e o Ensino Centrado no Estudante, por outro, e associado a Rogers, que ficou conhecido do grande público pelos livros “Liberdade para Aprender”, de 1969 (Rogers, 1973) e “Liberdade para Aprender em nossa Década” (Rogers, 1986), uma de suas posteriores revisões. A despeito da literatura concernente às duas propostas, o “conflito” entre os dois pensadores acabou sendo mais disseminado do que seus próprios diálogos, e o público brasileiro até mesmo deixou de lado as obras autorais, centrando sua atenção, por exemplo, na versão de Milhollan & Forisha (1978), intitulada “Skinner x Rogers: maneiras contrastantes de encarar a educação”.

Resultados

Dimensão ontológica: o que é o humano?

Em Rogers, o objeto psicológico central é a pessoa em processo de experiência. O ser humano não é apenas um organismo que responde a condições externas. Ele é um sujeito que vive, sente, simboliza, escolhe, atribui sentido e se torna a si mesmo. Por isso, Rogers insiste na realidade da liberdade subjetiva, mesmo reconhecendo que, do ponto de vista científico externo, o comportamento pode ser descrito em termos de causalidade. A pessoa é compreendida como um processo emergente, aberto à experiência e capaz de autodireção (Rogers & Skinner, 1989).



Já para Skinner, o objeto psicológico central é o comportamento do organismo em relação às contingências ambientais. O ser humano é entendido como um organismo situado em uma história genética e ambiental. Seus atos são produtos de contingências de reforçamento, punição, privação, esquemas de consequências e práticas culturais. Skinner não nega que existam eventos internos. Contudo, recusa atribuir a eles função causal explicativa. Para ele, sentimentos, propósitos, valores e escolhas devem ser compreendidos a partir das condições que os produzem e dos comportamentos aos quais se vinculam, portanto, igualmente delimitada por fatores externos (Rogers & Skinner, 1989). Essa posição torna-se particularmente explícita quando Skinner admite que acontecimentos passados podem produzir mudanças duradouras no indivíduo, mas questiona que termos como “ansiedade” descrevam adequadamente essas mudanças ou possam, por si mesmos, explicar e prever o comportamento presente (pp. 145–147). Isso não implica, entretanto, uma concepção estática dos valores ou das práticas culturais. Ao discutir *Walden Two*, Skinner reconhece que os valores que orientam inicialmente uma cultura são historicamente situados (inclusive identificando os seus como valores relacionados à sua condição e formação de classe média) e sustenta que uma cultura experimental deveria permitir que eles fossem continuamente testados e modificados.

Assim, a divergência ontológica fundamental não está em saber se o humano é determinado ou não. Ambos aceitam, em algum nível, a determinação científica do comportamento. A diferença fundamental está no estatuto atribuído à subjetividade nesse processo. Para Rogers, a experiência subjetiva é uma dimensão constitutiva e irreduzível do humano: a pessoa não apenas responde às condições que a afetam, mas experiencia seu mundo, simboliza essa experiência, atribui-lhe significado e pode orientar-se a partir dela. Para Skinner, o humano é igualmente um ser histórico e passível de transformação, mas sua subjetividade não constitui uma dimensão autônoma ou originária: sentimentos, valores, propósitos e escolhas têm, eles próprios, uma história e se constituem nas relações do organismo com as contingências ambientais e culturais. Em outros termos, para Rogers, a subjetividade é uma dimensão constitutiva do humano; para Skinner, os eventos privados são parte do fenômeno comportamental e devem ser compreendidos no interior de uma análise mais ampla das relações entre organismo, história e ambiente.

Essa diferença torna-se particularmente evidente na maneira como ambos concebem a liberdade. Para Rogers, a liberdade está vinculada à própria condição de um sujeito capaz de experienciar, simbolizar e orientar-se a partir de sua experiência, ainda que sempre situado em condições que o afetam. Essa liberdade não é apresentada como negação da determinação: Rogers a descreve como uma realidade experiencial que coexiste, paradoxalmente, com a determinação observável a partir da perspectiva científica externa. Em Skinner, por sua vez, liberdade não significa ausência de determinação nem a expressão de uma capacidade interior originária. O indivíduo pode desenvolver repertórios de autogestão e autocontrole que possibilitam a redução progressiva de formas explícitas e aversivas de controle externo, mas esses repertórios são, eles próprios, produtos de uma história de aprendizagem. É nesse sentido que Skinner chega a concordar com Rogers quanto à necessidade de “liberar a liberdade interior do indivíduo”, esclarecendo, contudo, que entende essa liberdade como liberdade em relação a controles externos explícitos e, particularmente, aversivos (Rogers & Skinner, 1989, p. 129). A proximidade terminológica, portanto, não elimina a divergência ontológica: ambos falam em liberdade, mas atribuem estatutos distintos à sua origem e ao seu lugar na compreensão do humano.

Dimensão gnosiológica e epistemológica: como o humano é conhecido?

Rogers propõe uma epistemologia ampliada. Ele reconhece a importância da ciência objetiva, da pesquisa empírica e da observação do comportamento. Contudo, sustenta que uma ciência do humano não pode *excluir* a experiência subjetiva, o que parece ser uma tônica na perspectiva skinneriana: o conhecimento psicológico deve incluir o mundo vivido da pessoa, seus significados, sua percepção de liberdade, seus valores e seu modo de experienciar a si mesma. A psicoterapia aparece, nesse sentido, como uma via privilegiada de acesso ao campo fenomenal do cliente (Rogers & Skinner, 1989). Mas, como destaca Rogers, isso não significa recusar a investigação objetiva da subjetividade. No próprio diálogo, Rogers considera legítima a busca por indicadores objetivos de eventos subjetivos internos e distingue explicitamente esse problema metodológico da questão mais ampla acerca da importância da subjetividade na vida da pessoa (Rogers & Skinner, 1989, p. 146–147).

Skinner, por sua vez, sustenta uma epistemologia operacional e antimentalista. O conhecimento psicológico deve se orientar pela análise das variáveis que controlam o comportamento. Termos como personalidade, propósito, conhecimento, coragem, interesse ou escolha podem ser utilizados provisoriamente, mas tendem a se tornar explicações fictícias quando substituem a análise das contingências que os produzem. Por isso, Skinner prefere descrever o comportamento, suas condições antecedentes e suas consequências (Rogers & Skinner, 1989). Sua crítica, portanto, não decorre simplesmente da impossibilidade de reconhecer eventos internos, mas do risco de que sua nomeação seja tomada como explicação – como “suposição de eficácia causal”, como diz Skinner no diálogo –, produzindo a impressão de que se conhece mais sobre o comportamento do que aquilo que os dados efetivamente permitem afirmar.

A diferença epistemológica pode ser sintetizada do seguinte modo: Rogers busca uma ciência que inclua a experiência subjetiva como dado relevante; Skinner busca uma ciência que explique inclusive a experiência subjetiva por meio de relações comportamentais observáveis ou inferíveis a partir da história ambiental do organismo. A oposição entre ambos, portanto, não pode ser reduzida ao binômio subjetividade versus objetividade. Rogers não recusa a observação objetiva como procedimento científico – ele próprio destaca que não possui qualquer “diver-



gência fundamental quanto à abordagem que se deve adotar na tentativa de resolver uma questão científica” (Rogers & Skinner, 1989, p. 107) –; mas que recusa acolher que ela esgote os dados relevantes para uma ciência do humano. A divergência situa-se, portanto, no alcance atribuído à perspectiva objetiva e no estatuto que outras formas de acesso à experiência humana podem assumir dentro de uma ciência da pessoa.

Essas diferenças epistemológicas também remetem às distintas concepções antropológicas que sustentam as duas perspectivas. Rogers e Skinner não divergem apenas quanto ao modo de produzir conhecimento sobre o humano, mas também quanto à própria compreensão do humano que esse conhecimento procura alcançar. Em Rogers, a pessoa é concebida como um ser experiencial e relacional, capaz de simbolização, escolha e autodireção, cuja existência não se esgota em sua determinação objetiva. Em Skinner, o humano é concebido como um organismo histórico e comportamental, constituído em sua relação com contingências genéticas, ambientais e culturais, capaz de desenvolver repertórios de autocontrole e autogestão sem que seja necessário postular uma liberdade interior como sua origem. Essa dimensão antropológica é explicitada pelo próprio Skinner ao afirmar que a discussão ultrapassa o problema filosófico do livre-arbítrio versus determinismo e envolve a construção de uma diferente “imagem do ser humano”, simultaneamente compatível com uma ciência do comportamento e passível de ser considerada útil, digna e valiosa (Rogers & Skinner, 1989, p. 134).

Dimensão lógica: por que a teoria se justifica assim?

A lógica de Rogers é paradoxal e complementar. Ele argumenta que o ser humano pode ser visto, de um lado, como objeto de uma ciência determinista e, de outro, como sujeito que vive a liberdade, a escolha e a responsabilidade. Essas duas perspectivas não se anulam. Elas coexistem em tensão. Rogers usa essa lógica para criticar qualquer ciência que transforme o humano apenas em objeto manipulável. Uma teoria psicológica seria insuficiente se explicasse o comportamento, mas perdesse a pessoa (Rogers & Skinner, 1989). Essa complementaridade é explicitada por Rogers por meio de uma analogia com a Física: assim como as teorias ondulatória e corpuscular da luz podiam ser sustentadas por evidências, embora naquele momento não fossem plenamente reconciliáveis, determinação objetiva e liberdade experiencial poderiam constituir perspectivas distintas e simultaneamente legítimas sobre o humano. Sua argumentação, portanto, não procura resolver o paradoxo eliminando um de seus polos, mas sustentar diferentes níveis de compreensão sem reduzir um ao outro (Rogers & Skinner, 1989, pp. 132-133).

Já a lógica de Skinner é funcional e consequencial. Se o comportamento é determinado por contingências, então a tarefa da ciência é identificar tais contingências e organizá-las de modo mais eficaz. A questão não é se há controle, mas que tipo de controle está operando. Para Skinner, o controle coercitivo, punitivo e aversivo deve ser substituído por formas planejadas, positivas e culturalmente mais eficazes de controle. O argumento é dedutivo e pragmático: se todo comportamento é controlado, a melhor alternativa é planejar conscientemente os controles (Rogers & Skinner, 1989). Essa lógica aparece também na maneira como Skinner trata conceitos psicológicos. Diante de termos como personalidade, ansiedade, propósito ou escolha, seu movimento argumentativo consiste em perguntar que trabalho explicativo esses conceitos efetivamente realizam e se não seria possível retornar às condições históricas e ambientais que produziram o comportamento a ser explicado. É nesse sentido que caracteriza a personalidade como uma “ficção explicativa”: uma vez identificadas as condições que supostamente explicariam a personalidade, essas mesmas condições podem ser utilizadas para explicar diretamente o comportamento, tornando dispensável o termo intermediário (Rogers & Skinner, 1989, p. 133-134). A mesma lógica orienta sua defesa do planejamento cultural: práticas culturais podem surgir acidentalmente e sobreviver por seus efeitos, mas o desenvolvimento de uma ciência do comportamento permitiria antecipar alguns desses efeitos e planejar deliberadamente práticas que antes dependeriam da evolução cultural fortuita (Rogers & Skinner, 1989, pp. 147-149).

Nesse ponto, a tensão entre os dois se torna mais clara. Rogers teme que a lógica skinneriana reduza a pessoa a um objeto de tecnologia social. Skinner teme que a lógica rogeriana conserve ficções mentalistas ou introspeccionistas, e impeça uma ciência efetiva do comportamento humano. Entretanto, o próprio desenvolvimento do diálogo mostra que essas lógicas não operam como sistemas argumentativos inteiramente fechados. Rogers reconhece reiteradamente sua concordância com Skinner quanto aos procedimentos da ciência e à determinação do comportamento quando observado de uma perspectiva científica. Skinner, por sua vez, chega a afirmar que foi modificado por um argumento de Rogers e que começava a compreender o que este queria dizer com “tornar-se” (*becoming*) (Rogers & Skinner, 1989, pp. 144-145). O diálogo evidencia, assim, não apenas duas formas distintas de justificação, mas a possibilidade de deslocamentos argumentativos produzidos pelo confronto entre elas.

Dimensão axiológica: para que serve a teoria?

Em Rogers, a função prática da teoria é facilitar o crescimento da pessoa. A Psicologia deve criar condições relacionais que favoreçam liberdade, autodireção, criatividade, abertura à experiência, autenticidade e responsabilidade. Na educação, isso implicaria uma aprendizagem centrada no estudante, orientada por interesses próprios, escolha pessoal e participação ativa. Na cultura, implica uma sociedade aberta, democrática e processual, na qual os indivíduos sejam confrontados com diferenças e possam escolher suas posições. Essa orientação também se expressa na valorização de relações genuínas, nas quais os limites não são eliminados, mas podem emergir do contato en-



tre as experiências e os sentimentos das pessoas envolvidas. Ao discutir a criação dos filhos, Rogers sustenta que um clima marcado pela genuinidade, pela valorização da pessoa e pela compreensão de seu mundo de significados favorece formas mais construtivas de desenvolvimento (p. 140-141). Nesse sentido, Rogers distingue influência de controle: não recusa o estabelecimento deliberado de condições capazes de produzir consequências, mas sustenta que elas devem ampliar as possibilidades de escolha, participação, espontaneidade e autodireção da própria pessoa (p. 151-153).

Em Skinner, a função prática da teoria é planejar contingências para produzir formas mais eficazes de vida individual e coletiva. A Psicologia deve contribuir para uma tecnologia do comportamento capaz de melhorar a educação, a formação moral, o autocontrole, a organização social e a evolução cultural. No campo da educação, isso implica organizar condições de aprendizagem que instalem repertórios desejáveis eficientemente; enquanto na cultura, implica planejar práticas sociais que sobrevivam por seus efeitos benéficos. Essa orientação pressupõe escolhas acerca das condições de vida que uma cultura pretende favorecer. Ao discutir a possibilidade de reduzir conflitos, neuroses e guerras, Skinner admite que determinadas formas históricas de heroísmo ou produção artística poderiam perder seu sentido, mas sustenta que isso não diminuiria a criatividade ou a genialidade humana (p. 141-142).

Curiosamente, podemos perceber que tanto Rogers quanto Skinner têm uma orientação axiológica reformadora. Ambos desejam ampliar as potencialidades humanas e transformar as condições que restringem seu desenvolvimento. A diferença está no meio privilegiado. Rogers enfatiza a criação de condições relacionais que favoreçam processos de valoração, autodireção e desenvolvimento da pessoa; Skinner enfatiza o planejamento de contingências e práticas culturais capazes de produzir formas de vida consideradas mais eficazes para indivíduos e coletividades. Em ambos os casos, portanto, a teoria psicológica não se restringe à descrição ou explicação do comportamento humano, mas se articula a uma concepção acerca das condições que deveriam favorecer seu desenvolvimento.

Uma Síntese Comparativa entre Rogers e Skinner

Dimensão	Rogers	Skinner
Antropologia Filosófica	O humano é concebido como pessoa experiencial e relacional, capaz de simbolização, escolha e autodireção, cuja existência não se esgota em sua determinação objetiva.	O humano é concebido como organismo histórico e comportamental, constituído em relações com contingências genéticas, ambientais e culturais, capaz de adquirir repertórios de autogestão e autocontrole
Ontologia	Pessoa como sujeito experiencial, processual, capaz de simbolização, escolha e autodireção.	Organismo comportamental situado em história genética, ambiental e cultural.
Gnosiologia e Epistemologia	Ciência ampliada, incluindo experiência subjetiva e mundo fenomenal.	Ciência operacional do comportamento, centrada em contingências e variáveis controladoras.
Lógica	Complementaridade paradoxal entre determinação objetiva e liberdade subjetiva.	Determinismo funcional: comportamento é explicado por contingências históricas e ambientais.
Axiologia	Processo de valoração autônomo, aberto à experiência e intrinsecamente relacional/social. Facilitar crescimento, liberdade, autenticidade, participação e aprendizagem autodirigida.	Gênese e manutenção das práticas valorativas nas contingências sociais e culturais, Planejar contingências, reduzir controle aversivo, formar repertórios e aprimorar práticas culturais.
Função teórica psicológica	Fundar uma psicologia da pessoa e da relação facilitadora.	Fundar uma tecnologia científica do comportamento e da cultura.

Fonte: Elaboração dos autores, inspirada em Gomes (2024).

Com base na síntese comparativa, o diálogo entre Rogers e Skinner (1989) pode ser entendido como o confronto entre duas estruturas teóricas completas. A divergência envolve o objeto da Psicologia, o modo adequado de conhecê-lo, a forma legítima de explicação e a finalidade ética da intervenção psicológica. Rogers privilegia a pessoa e a experiência vivida. Skinner privilegia as contingências e a análise funcional. Desse contraste derivam duas funções históricas da Psicologia no século XX: a defesa



da subjetividade, da autenticidade e da autodireção; e a construção de uma ciência objetiva capaz de intervir na educação, na cultura e no comportamento humano.

Gomes (2024) indica que a análise estrutural permite distinguir se a perspectiva dominante de uma teoria é ontológica, quando vai do objeto ao método; epistemológica, quando vai do método ao objeto; ontoaxiológica, quando vai da prática ao objeto; ou metafísica, quando recorre ao sobrenatural. O modelo também examina a relação entre ontologia, gnosiologia, epistemologia/lógica e ética, isto é, entre o que se entende por psique, como ela sente, pensa e age, por que a teoria é válida e como essa psique deve ser educada e cuidada.

À luz desses critérios, os argumentos de Rogers se aproximam de uma posição ontoaxiológica. Seu ponto de partida não é uma definição abstrata da pessoa, nem um método científico previamente estabelecido. O argumento nasce de uma prática relacional, sobretudo psicoterapêutica e educacional. A partir dela, Rogers formula o objeto psicológico como pessoa experiencial, relacional e capaz de crescimento. A prática de cuidado terapêutico e de facilitação grupal e educacional antecede e sustenta essa formulação (Rogers & Skinner, 1989).

Os argumentos de Skinner, por sua vez, aproximam-se de uma posição epistemológica. Seu ponto de partida é o modo científico de conhecer o comportamento. Ele parte de um critério metodológico: a Psicologia deve explicar o comportamento por meio de relações funcionais entre organismo, ambiente, contingências e consequências. A partir desse método, o objeto psicológico é delimitado como comportamento em relação às contingências de controle. A prática, nesse caso, decorre da epistemologia: primeiro vem o critério de cientificidade; depois, a definição do objeto; finalmente, a intervenção (Rogers & Skinner, 1989).

Essa classificação não elimina a dimensão ética do diálogo. Ambos discutem que tipo de educação, sociedade e formação humana a Psicologia deve promover. Em Rogers, a ética decorre da confiança na pessoa e na criação de condições de liberdade, autenticidade e participação responsável. Em Skinner, decorre da responsabilidade de planejar contingências menos aversivas e mais efetivas para a vida social e educacional. A diferença está no ponto de partida dominante de cada argumento.

Discussão: Implicações para além do diálogo entre Rogers e Skinner

Rogers e Skinner: estilos de argumentação

A análise estrutural do diálogo entre Rogers e Skinner permite ultrapassar leituras dicotômicas acerca do encontro de 1962. Com frequência, Rogers é apresentado como defensor da subjetividade, da autenticidade e da experiência interna, ao passo que Skinner é associado à objetividade científica, ao controle e à análise rigorosa do comportamento. Embora essa oposição possua algum fundamento histórico, ela tende a simplificar a complexidade epistemológica do diálogo.

O encontro entre os autores é, antes, um debate sobre os fundamentos da Psicologia como ciência. Nele, estão em questão o objeto legítimo da investigação psicológica, o estatuto da experiência subjetiva, o papel da linguagem, a função da educação e os limites éticos da intervenção sobre o comportamento humano. Por isso, Rogers e Skinner não divergem apenas em suas teses. Eles divergem também no modo como constroem suas argumentações (Rogers & Skinner, 1989).

Essa diferença manifesta-se no próprio estilo argumentativo. Skinner tende a construir suas respostas por sequências conceituais, distinções lógicas e deslocamentos explicativos. Seu esforço é retirar o peso causal de termos mentalistas e reconduzir a explicação às contingências. Rogers desenvolve seu pensamento de modo mais processual, recorrendo à experiência vivida, a reformulações, a nuances e a descrições clínicas. Essas diferenças estilísticas expressam posições epistemológicas em debate (Rogers & Skinner, 1989). Um breve intercâmbio ao longo do diálogo torna particularmente visíveis esses diferentes movimentos argumentativos. Retomando a explicação de Skinner sobre o funcionamento de um fole, Rogers transforma o exemplo, originalmente utilizado para discutir a transmissão de práticas culturais, em uma metáfora da própria comunicação. Sugere que, em encontros entre indivíduos ou grupos, seria necessário “subir devagar”, assimilando e procurando compreender o que o outro diz, e “descer devagar”, expressando-se de maneira refletida (Rogers & Skinner, 1989, p. 139-140). Rogers, assim, apropria-se de um exemplo apresentado pelo interlocutor e amplia seu significado em direção à experiência relacional. Skinner responde reconduzindo a metáfora ao funcionamento concreto do objeto, observando que o ar lançado pelo fole sobre o fogo é frio, ao que Rogers simplesmente reconhece: “Tem razão” (p. 140). O pequeno intercâmbio evidencia, em ato, dois movimentos recorrentes no diálogo: enquanto Rogers frequentemente amplia os exemplos em direção à experiência e à relação, Skinner tende a reconduzi-los às condições concretas e funcionais dos fenômenos que descreve.

A passagem revela, entretanto, algo além da diferença entre estilos. Há momentos em que o diálogo se torna efetivamente responsivo: a formulação de um autor passa a constituir matéria para a elaboração



do outro. Rogers não apenas apresenta sua posição, mas incorpora o exemplo de Skinner e o transforma; Skinner, por sua vez, responde à reformulação proposta por Rogers, que acolhe sua observação. Nesses momentos, as posições deixam de aparecer apenas em paralelo e passam a ser construídas e tensionadas na própria interação. Essa dinâmica também pode ser observada em outras passagens do encontro, como quando a breve pergunta de Rogers, “Subjetivamente?”, desloca a discussão sobre reforçamento e controle para o estatuto da experiência subjetiva, exigindo de Skinner uma resposta direta a esse problema (Rogers & Skinner, 1989, p. 125). Assim, o modo como Rogers e Skinner respondem um ao outro constitui, ele próprio, uma dimensão relevante para compreender as diferenças epistemológicas que o diálogo torna visíveis.

Rogers e Skinner: duas perguntas diferentes sobre a ciência

Um dos núcleos mais relevantes do diálogo está na diferença entre as concepções de ciência sustentadas por Rogers e Skinner (1989). Para Rogers, a ciência nasce da experiência humana. Antes de existir como corpo público de conhecimentos, a atividade científica emerge de sujeitos que vivem, escolhem, formulam perguntas, atribuem significados e decidem o que investigar. Nessa perspectiva, a ciência é uma prática humana que parte da experiência e procura transformá-la em conhecimento comunicável.

Skinner desloca a questão para o funcionamento público da ciência. Para ele, o conhecimento científico não pode ser confundido com aquilo que ocorre na experiência privada do cientista. A ciência depende de práticas compartilhadas, procedimentos replicáveis, linguagem pública e critérios coletivos de validação. O que torna uma afirmação científica não é sua vivência subjetiva originária, mas sua possibilidade de ser comunicada, examinada, testada e utilizada por outros (Rogers & Skinner, 1989).

Essa diferença indica que os autores falam, muitas vezes, em níveis distintos. Rogers discute as condições humanas de possibilidade da ciência. Skinner discute suas condições públicas de validação. O primeiro, pergunta como a ciência se torna possível para seres humanos que experienciam o mundo; o segundo, pergunta como o conhecimento pode ultrapassar a experiência privada e tornar-se verificável e funcionalmente útil.

Essa diferença torna-se ainda mais explícita quando Rogers questiona uma concepção das ciências do comportamento que, em nome do rigor do método científico, restrinja o lugar da subjetividade na investigação científica. Sua crítica não se dirige à ciência, mas à delimitação do que pode ser reconhecido como dado científico. Para Rogers, a experiência subjetiva não constitui apenas um fenômeno a ser explicado a partir de outras variáveis; ela própria integra o campo de fenômenos que uma ciência do humano deve investigar. Por isso, defende uma ciência capaz de considerar “todo o conjunto dos dados” e “o ser humano em sua totalidade” (Rogers & Skinner, 1989, p. 130). A resposta de Skinner torna mais precisa essa divergência: ele não nega nem exclui de sua consideração os eventos internos, reconhecendo inclusive o contato particularmente íntimo que o indivíduo mantém com eles; questiona, entretanto, se esses eventos precedem e determinam a ação ou se devem, eles próprios, ser compreendidos no âmbito das condições relacionadas ao comportamento (p. 131). Skinner questiona o estatuto causal dos eventos internos, mas, sobretudo, sua suficiência explicativa (p. 145).

A divergência entre os autores incide, assim, menos sobre a existência ou a legitimidade da experiência subjetiva como fenômeno do que sobre seu estatuto epistemológico e explicativo em uma ciência do humano. Rogers não recusa a observação objetiva como procedimento científico; recusa que ela esgote os dados relevantes para uma ciência do humano. Ele afirma: “Procurei indicar que nossa ciência deveria ser suficientemente ampla para incluir uma preocupação e um interesse pela subjetividade, assim como pelos comportamentos puramente externos. Também indiquei que precisamos reconhecer o fato de que uma perspectiva científica não constitui a totalidade da vida e não é uma base suficiente para uma filosofia abrangente da vida ou das pessoas. Para mim, é disso que esta discussão tem tratado” (Rogers & Skinner, 1989, p. 135).

A posição rogeriana aproxima-se da formulação posteriormente desenvolvida em *Toward a Science of the Person*. Nesse texto, Rogers (1964) propõe uma ciência da pessoa capaz de integrar dimensões subjetivas, objetivas e interpessoais. No diálogo com Skinner, essa posição já se torna evidente quando Rogers reconhece como legítima a busca por indicadores objetivos da experiência subjetiva, ao mesmo tempo que distingue o problema metodológico de como estudá-la cientificamente do estatuto que a experiência subjetiva possui na vida da pessoa (Rogers & Skinner, 1989). Essa distinção é fundamental para que o debate entre Rogers e Skinner não seja reduzido a uma oposição entre subjetividade e ciência objetiva. Para Rogers, investigar objetivamente a experiência subjetiva não significa retirar dela seu estatuto próprio como dimensão da vida humana. Essa concepção de conhecimento não se restringe à atividade científica e também ajuda a compreender a função epistemológica que Rogers atribui à psicoterapia. Ao tornar-se mais aberto à própria experiência, o cliente pode formular hipóteses sobre seu modo de estar no mundo, testá-las na vida cotidiana e revisá-las à luz de novas experiências (Rogers & Skinner, 1989).



Experiência subjetiva: uma divergência menos óbvia entre Rogers e Skinner

Outro ponto que exige atenção é a experiência subjetiva. Uma leitura apressada poderia afirmar que Rogers a defende e Skinner a nega. O diálogo, contudo, mostra algo mais complexo. Skinner reconhece sensações, dor, emoções, imagens, pensamentos e relatos subjetivos. O problema, para ele, está em tomar esses eventos como causas explicativas do comportamento (Rogers & Skinner, 1989).

Um exemplo importante aparece quando Skinner discute como uma criança aprende a utilizar a expressão “dor de dente”. A comunidade verbal ensina a criança a empregar essa expressão a partir de sinais públicos, como reações observáveis, comportamentos de dor ou evidências corporais. Posteriormente, a criança passa a utilizá-la para descrever uma experiência privada. Skinner não nega a dor. Ele procura explicar como se aprende a falar sobre ela (Rogers & Skinner, 1989).

A divergência está no estatuto do significado. O próprio Skinner especifica, no diálogo, aquilo que busca compreender como a “experiência e a vida interior do ponto de vista de uma ciência do comportamento” (Rogers & Skinner, 1989, p. 99). Convém ressaltar que as divergências entre os dois pensadores – e a tensão que se construiu em torno desse encontro – não evitaram que ambos tivessem uma produtiva troca de ideias, inclusive regadas a deliciosas brincadeiras, entre si. Skinner continua sua exposição sobre as distinções de sentido para a questão da “vida interior”:

Não nego, nem por um momento, que cada pessoa tem dentro de sua própria pele uma pequena parte do universo com a qual possui conexões especialmente boas. Você pode ter sua dor de dente, mas eu não posso tê-la, e isso vale para outras condições fisiológicas. Ora, apesar de uma difamação frequentemente lançada contra mim, não creio que o organismo esteja vazio (*Rogers ri*). Tenho certeza de que todo o tipo de atividade acontece lá dentro, mas preocupo-me em não precisar esperar até que os fisiologistas tenham esclarecido tudo para seguir adiante, e acredito que o senhor seguiria na mesma linha (Rogers & Skinner, 1989, p. 99-100).

Para Rogers, contudo, a experiência já se apresenta como vivida, sentida, implicada e significativa, ainda que nem sempre esteja plenamente simbolizada. Para Skinner, o significado também deve ser explicado por histórias de aprendizagem, contingências de reforçamento e práticas da comunidade verbal. Em Rogers, a experiência vivida é ponto de partida para compreender a pessoa. Em Skinner, ela é um fenômeno a ser situado em relações funcionais mais amplas (Rogers & Skinner, 1989).

Essa distinção evita caricaturas. Rogers não abandona a observação, a pesquisa ou a validação; ele propõe que a ciência psicológica inclua os dados da experiência vivida e os submeta a exame crítico. Skinner, por sua vez, não nega a subjetividade; ele recusa que eventos privados sejam tomados como explicações causais autossuficientes.

O próprio diálogo, contudo, impede que essa diferença seja reduzida a uma oposição entre objetividade e subjetividade. Ao discutir os procedimentos da investigação científica, Rogers afirma explicitamente que ele e Skinner se encontram em acordo e que, “do ponto de vista da ciência”, o comportamento observável interessa a ambos. Como exemplo, menciona as pesquisas sobre o processo de mudança em psicoterapia, nas quais se buscava identificar e estudar comportamentos observáveis indicativos de mudança. Acrescenta ainda que, à medida que a ciência amadurece, as teorias deveriam constituir-se pela conciliação e integração de grandes conjuntos de dados observados, e não como “construções da fantasia” (Rogers & Skinner, 1989, p. 134). Rogers, portanto, não recusa a observação objetiva como procedimento científico; recusa que ela esgote os dados relevantes para uma ciência do humano. Sua concepção de teoria permanece claramente empírica, mas admite que a investigação científica da pessoa não pode restringir-se a uma única perspectiva sobre o fenômeno humano. A oposição entre Rogers e Skinner não é, assim, entre ciência objetiva e subjetividade, mas diz respeito ao alcance atribuído à perspectiva objetiva e ao estatuto que outras formas de acesso à experiência humana podem assumir na produção do conhecimento científico.

Experiência corporal, significado e comportamento: três perspectivas em diálogo

No diálogo, Skinner reconhece que estados emocionais são acompanhados por sensações corporais e eventos privados. Contudo, recusa que tais eventos sejam tomados como base suficiente para definir cientificamente os fenômenos psicológicos. Sensações semelhantes podem ocorrer em contextos diferentes. Por isso, uma definição psicológica deve considerar a função do fenômeno, suas condições de ocorrência e suas relações com o ambiente (Rogers & Skinner, 1989). Sua crítica dirige-se, portanto, me-



nos à existência da experiência corporal do que à possibilidade de convertê-la, por si só, em explicação do comportamento. Ao discutir a ansiedade, por exemplo, Skinner admite a ocorrência de mudanças fisiológicas sentidas pelo indivíduo, mas questiona o que sua nomeação como “ansiedade” efetivamente acrescenta à explicação de sua história e de seu comportamento presente (pp. 145–146).

Rogers atribui à experiência corporal outro estatuto. Ela não é apenas um conjunto de sensações fisiológicas, mas uma forma de contato pré-reflexivo da pessoa consigo mesma e com o mundo. Muitas vezes, o sujeito sente algo antes de conseguir nomeá-lo. O trabalho clínico consiste, então, em favorecer condições para que essa experiência seja simbolizada de modo mais adequado (Rogers & Skinner, 1989). Experienciar e simbolizar não são, portanto, processos equivalentes: parte da experiência pode permanecer ainda não formulada, e a possibilidade de aproximar a simbolização da experiência vivida constitui um aspecto importante do processo de mudança.

Essa intuição rogeriana aproxima-se de desenvolvimentos posteriores de Eugene Gendlin (1996/2024), especialmente da noção de senso sentido (*felt sense*). O conceito descreve uma experiência corporal implícita, global, pré-conceitual e carregada de significado. O corpo não é tratado apenas como sede de reações fisiológicas, mas como participante dos processos de simbolização e de emergência de novos sentidos. Gendlin permite, assim, aprofundar uma questão já presente no horizonte rogeriano: a experiência pode carregar significados que ainda não estão disponíveis de forma conceitualmente explícita, mas que podem adquirir novas formas de simbolização no processo experiencial.

Desse modo, a experiência corporal pode ser compreendida por três vias. Em Skinner, ela é fenômeno real a ser explicado funcionalmente. Em Rogers, integra a experiência vivida e participa do processo de simbolização. Em Gendlin, aprofunda-se como dimensão implícita e corporalmente sentida de significados ainda não plenamente formulados. Os três, portanto, não se distinguem simplesmente entre reconhecer ou não a experiência corporal, mas pelo estatuto epistemológico e pela função psicológica que lhe atribuem: em Skinner, ela integra os eventos a serem explicados por suas relações funcionais; em Rogers, participa da experiência e de sua simbolização; em Gendlin, torna-se uma via privilegiada para compreender a emergência de significados ainda implícitos. A diferença não está em admitir ou negar sua existência, mas no papel que ela exerce na compreensão psicológica.

A consciência como “consciência de”: por que Skinner por vezes soa fenomenológico?

Em alguns momentos do diálogo, Skinner parece aproximar-se de descrições fenomenológicas da ação humana. Um exemplo ocorre quando se compara um homem que corre para entrar em um trem com outra pessoa que corre para treinar para uma corrida. Do ponto de vista fisiológico, os dois comportamentos parecem semelhantes. No entanto, eles são distintos em função das variáveis que os controlam. Em um caso, o comportamento relaciona-se a pegar o trem. Em outro, ao treinamento para uma competição futura (Rogers & Skinner, 1989). Esse exemplo pode soar fenomenológico porque descreve uma ação orientada. A conduta aparece dirigida a algo, situada em um contexto e articulada a um mundo significativo. Na tradição fenomenológica, essa direção é pensada a partir da intencionalidade: a consciência é sempre consciência de algo, e o sujeito não se relaciona com estímulos isolados, mas com situações dotadas de sentido (Merleau-Ponty, 1951/1973). A rigor, podemos sim dizer que há um diálogo – ou aproximação, se preferirmos – entre fenomenologia e behaviorismo. E esse diálogo não é estranho, dado que a descrição do comportamento, ou das relações comportamentais, fazem parte do contexto da reflexão do que se pretende compreender por subjetividade (Wann, 1964; Paulino, Marcon & Furlan, 2018).

A aproximação, contudo, é apenas parcial. Skinner não formula uma teoria fenomenológica da intencionalidade. Ele preserva a orientação funcional da ação, mas a explica por contingências, histórias de reforçamento e variáveis de controle. Aquilo que poderia ser descrito fenomenologicamente como propósito é reinterpretado como efeito de ocorrências passadas que selecionaram determinadas formas de comportamento.

Esse ponto evita duas leituras simplificadoras. De um lado, Skinner não deve ser interpretado como mecanicista incapaz de reconhecer a complexidade da ação humana. De outro lado, sua proximidade descritiva com a fenomenologia não elimina a diferença de fundo. Para a fenomenologia, o sentido é constitutivo da experiência. Para Skinner, ele deve ser explicado pelas contingências que moldam o comportamento e a linguagem. Portanto, a delimitação dos “condicionantes” do comportamento parece ser o determinante do debate: se, por um lado, o vetor parece tender para “fora” (para o externo); por outro, tende para “dentro”, para uma subjetividade ou para uma “vida interior”.



Impactos na prática clínica: a compreensão e o papel da linguagem

As diferenças entre Rogers e Skinner (1989) também produzem implicações clínicas, sobretudo no modo de compreender a linguagem. Para Skinner, a fala é comportamento verbal. Ela é moldada por contingências sociais, mantida por consequências e organizada em práticas de interação. Por isso, não funciona como acesso privilegiado a uma interioridade causal, mas como comportamento situado, historicamente aprendido e funcionalmente analisável.

Nas abordagens fenomenológicas, humanistas e experienciais, a linguagem assume outro estatuto. A narrativa expressa modos de existir, significar e experienciar o mundo. Ela permite simbolizar aspectos implícitos da experiência, construir continuidade autobiográfica e produzir novas compreensões de si. Nas perspectivas clínicas inspiradas por Rogers e Gendlin, a relação terapêutica favorece esse processo ao permitir que o cliente escute, nomeie, teste e reorganize a própria experiência.

Essa diferença não impede que fenômenos clínicos semelhantes sejam observados. Em diferentes abordagens, podem ocorrer mudanças narrativas, ampliação de repertórios relacionais, maior flexibilidade diante de si e transformação de padrões de ação. Contudo, as explicações subjacentes permanecem distintas. Na perspectiva behaviorista radical, tais mudanças tendem a ser compreendidas em termos de contingências, efeitos da interação e reorganização de repertórios verbais. Na perspectiva humanista-experiencial, são compreendidas como reorganização da experiência vivida, ampliação da simbolização e emergência de novos significados na relação terapêutica.

A partir disso, o diálogo de 1962 continua a incidir sobre problemas contemporâneos da clínica psicológica. Como compreender a fala do cliente? Como articular experiência, linguagem e mudança? A narrativa é apenas comportamento verbal ou também forma de organização da experiência vivida? A mudança clínica decorre da reorganização de contingências, da simbolização da experiência ou de ambas em níveis distintos de análise?

A fecundidade do encontro reside nessa tensão. Rogers preserva a pessoa contra o risco de uma ciência que a transforme apenas em objeto de controle. Skinner preserva a ciência contra o risco de uma Psicologia que transforme experiências subjetivas em explicações causais autossuficientes. Assim, o diálogo evidencia duas exigências que continuam a atravessar a Psicologia: compreender a pessoa em sua experiência vivida e explicar o comportamento em suas condições históricas, ambientais e culturais (Rogers & Skinner, 1989).

Considerações Finais

O diálogo entre Rogers e Skinner fala mais do que de oposições – como ente subjetivismo ou objetivismo; ou entre liberdade e determinismo. Esse diálogo (bem como os outros realizados entre os dois pensadores) fala muito mais do que do que similaridades ou diferenças. Fala de construções do conhecimento. Fala de modos de apreensão de mundo; bem como de modelos de percepção de sujeito. O que se observa é a presença de duas formas distintas de organizar a Psicologia como ciência, prática e projeto de intervenção. Ao mesmo tempo, o diálogo evidencia zonas de convergência que tornam insuficiente sua representação como confronto entre uma Psicologia da subjetividade e uma ciência objetiva do comportamento. Ambos reconhecem a determinação do comportamento quando considerado sob uma perspectiva científica, a relevância da investigação empírica e a possibilidade de estabelecer condições capazes de produzir determinados efeitos. Divergem, sobretudo, quanto ao alcance dessa perspectiva científica, ao estatuto atribuído à experiência subjetiva e ao lugar da escolha e do controle na compreensão e transformação do humano.

Rogers parte da experiência relacional, clínica e educacional para sustentar uma concepção de pessoa aberta à simbolização, à escolha e ao crescimento. Nesse sentido, aproxima-se de uma posição predominantemente ontoaxiológica, pois sua compreensão humana emerge de uma prática voltada à facilitação do crescimento. Skinner parte de critérios metodológicos e funcionais para definir o comportamento como objeto científico em relação com contingências históricas, ambientais e culturais. Por sua vez, aproxima-se de uma posição predominantemente epistemológica, pois sua definição do objeto psicológico decorre de uma exigência de cientificidade, previsão e controle funcional do comportamento. Ambos, contudo, culminam em implicações éticas e educacionais, ainda que por caminhos distintos. O próprio desenvolvimento do encontro mostra, ainda, que essas posições não permanecem inteiramente imóveis: Rogers reconhece que as diferenças entre ambos haviam diminuído ao longo das discussões, enquanto Skinner chega a afirmar ter sido modificado por um dos argumentos de Rogers e que começava a compreender sua noção de “tornar-se” (Rogers & Skinner, 1989). Esses deslocamentos não eliminam as divergências, mas evidenciam o caráter efetivamente dialógico do encontro.

A presente análise – e esforço de apresentação – merece uma ressalva: a de que os três autores desse artigo têm suas histórias associadas à orientação humanista rogeriana, e a uma perspectiva fenomenológica. O reconhecimento desse lugar teórico dos autores constitui um limite interpretativo da análise,



especialmente na leitura de conceitos e argumentos skinnerianos. Por isso, sugerimos fortemente o desenvolvimento de novos estudos sobre a mesma temática, contudo, por outra ótica.

O diálogo que ora apresentamos – bem como os demais realizados por ambos os protagonistas – permanece relevante para pensar os limites, os métodos e as finalidades da Psicologia contemporânea. O estudo não resolve a tensão entre humanismo e behaviorismo, mas a torna mais inteligível. Uma de suas contribuições consiste justamente em mostrar que essa tensão não precisa ser compreendida pela exclusão de um de seus polos: o diálogo revela divergências profundas, mas também problemas compartilhados acerca de como conhecer, compreender e intervir sobre o humano.

Referências

- Cruz, R. (2019). *B. F. Skinner: Uma biografia do cotidiano científico*. Artesã.
- Gadotti, M. (2003). *História das Ideias Pedagógicas*. São Paulo: Ática.
- Gendlin, E. (2024). *Psicoterapia orientada à focalização: Um manual do método experiencial* (P. Pereira, Trad.). Paulus. (Publicado originalmente em 1996).
- Gomes, W. (2021). Pluralidade de objeto versus pluralismo de concepções em teorias psicológicas. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 38. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2021.25462>
- Gomes, W. (2024). Modelo para análise estrutural de teorias no contexto da história da psicologia. In R. Batista & C. Lhullier (Eds.), *Experiências de ensino de história da psicologia em contexto brasileiro* (p. 401-440). Editora do Portal História da Psicologia.
- Grogan, J. (2012). *Encountering America: Humanistic psychology, sixties culture & the shaping of the modern self*. Harper Perennial.
- Holland, J., & Skinner, B. (2023). *A análise do comportamento* (R. Azzi, Trad.). Editora Pedagógica Universitária. (Publicado originalmente em 1961).
- Kirschenbaum, H. (2007). *The life and work of Carl Rogers*. PCCS Books.
- Merleau-Ponty, M (1973). *Ciências do Homem e Fenomenologia* (S. Tannus, Trad.). Saraiva. (Publicado originalmente em 1951).
- Milhollan, F. & Forisha, B. E. (1978). *Skinner x Rogers: maneiras contrastantes de encarar a educação* (Tradução de Aydano Arruda). São Paulo: Summus.
- Paulino, L. R. P.; Marcon, G. H. & Furlan, R. (2018). Behaviorismo e fenomenologia: direcionamentos para um diálogo entre Skinner e Merleau-Ponty. (2018). *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 34, 33-59. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6858>
- Psychologists Set for UMD. (1962). *The UMD Statement*, 32(25). <https://hdl.handle.net/11299/186372>
- Rogers, C. (1964). Toward a science of the person. In T. Wann (Ed.), *Behaviorism and phenomenology: Contrasting bases for modern psychology* (pp. 109–140). University of Chicago Press.
- Rogers, C. (1974). In retrospect: Forty-six years. *American Psychologist*, 29(2), 115–123. <https://doi.org/10.1037/h0036098>
- Rogers, C. R. (1973). *Liberdade para aprender*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Rogers, C. R. (1986). *Liberdade de aprender em nossa década*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Rogers, C., & Dymond, R. (Eds.). (1954). *Psychotherapy and personality change*. University of Chicago Press.
- Rogers, C., & Skinner, B. (1956). Some issues concerning the control of human behavior: A symposium. *Science*, 124(3231), 1057–1066. <https://doi.org/10.1126/science.124.3231.1057>



- Rogers, C., & Skinner, B. (1989). A dialogue on education and the control of human behavior. In H. Kirschenbaum & V. L. Henderson (Eds.), *Carl Rogers: Dialogues: Conversations with Martin Buber, Paul Tillich, B. F. Skinner, Gregory Bateson, Michael Polanyi, Rollo May, and others* (pp. 79–152). Houghton Mifflin Company.
- Skinner, B.F. (1972). *Tecnologia do Ensino*. São Paulo: E. P. U (Tradução de Rodolpho Azzi / Edição original de 1968).
- University of Minnesota Duluth. (2020). *A historic dialogue*. <https://cehsp.d.umn.edu/articles/skinner-and-rogers>
- Wann, T. (Ed.). (1964). *Behaviorism and phenomenology: Contrasting bases for modern psychology*. University of Chicago Press.